



EIXO SERVIÇOS PÚBLICOS

MOBILIDADE HUMANA

MEDIDAS PARA O TRANSPORTE COLETIVO DE PORTO ALEGRE



**prefeitura de
PORTO ALEGRE**



OBJETIVOS

- Modernizar e qualificar o sistema de mobilidade.
- Reduzir os custos sobre a tarifa.
- Transparência na aplicação dos recursos.
- Medidas imediatas e de médio e longo prazos.

HISTÓRICO

- Até 2015, o sistema de transporte coletivo operava sem licitação.
- Depois de licitado o serviço, os contratos com as concessionárias foram assinados em 2015, por 20 anos.
- O sistema transportava em média 25 milhões de usuários por mês em 2015 e, no final de 2019, passou a transportar 19 milhões de usuários ao mês (redução de 24%).
- Com a pandemia, no pior momento, o sistema chegou a transportar (abril de 2020) 20% do que era transportado em um dia útil antes da pandemia, sendo que hoje está transportando, em média, 46,6% do que era transportado antes da pandemia (hoje, está em 50%).





CONTEXTO DE COMPOSIÇÃO DA TARIFA

- **Valor da passagem:** custo para prestação dos serviços de todo o sistema dividido pelos passageiros pagantes.
- **Último reajuste:** 13 de março de 2019, quando passou de R\$ 4,30 para R\$ 4,70.
- 30% dos passageiros não pagam (isenções).
- Se todos os usuários pagassem (com exceção dos idosos 65+) a passagem seria R\$ 4,00, em vez dos R\$ 5,20.

PESSOAS QUE PAGAM A PASSAGEM INTEIRA

Trabalhadores informais, sem carteira assinada, autônomos, ambulantes, diaristas, artesãos, desempregados etc.

USUÁRIOS QUE PAGAM PARTE DA PASSAGEM

O trabalhador formal (6% do seu salário) e estudantes.

QUEM NÃO PAGA?

Carteiros, oficiais de Justiça, rodoviários, efetivo da Brigada Militar, Guardas Municipais, Soldados do Corpo de Bombeiros, ex-combatentes, crianças e adolescentes vinculados a entidades assistenciais e acompanhantes, pessoas portadoras de HIV e acompanhantes, pessoas com deficiências físicas, mentais, auditivas ou visuais e acompanhantes, idosos entre 60 e 64 e idosos com idade acima de 65 anos.



O QUE ACONTECEU EM 2020

- Em fevereiro, não foi dado o reajuste previsto no contrato.
- Em 16 de setembro, a Câmara Municipal aprovou o fim da remuneração pelo custo do gerenciamento da Câmara de Compensação Tarifária (CCT), uma receita da EPTC.
- Em 9 de novembro, a 6 dias do primeiro turno da eleição, a passagem foi reduzida de 4,70 para 4,55, com a retirada da cobrança da EPTC.
- Nesse ano, foram aportados R\$ 110 milhões para cobrir prejuízos (R\$ 40 milhões para concessionárias e R\$ 70 milhões para Carris).

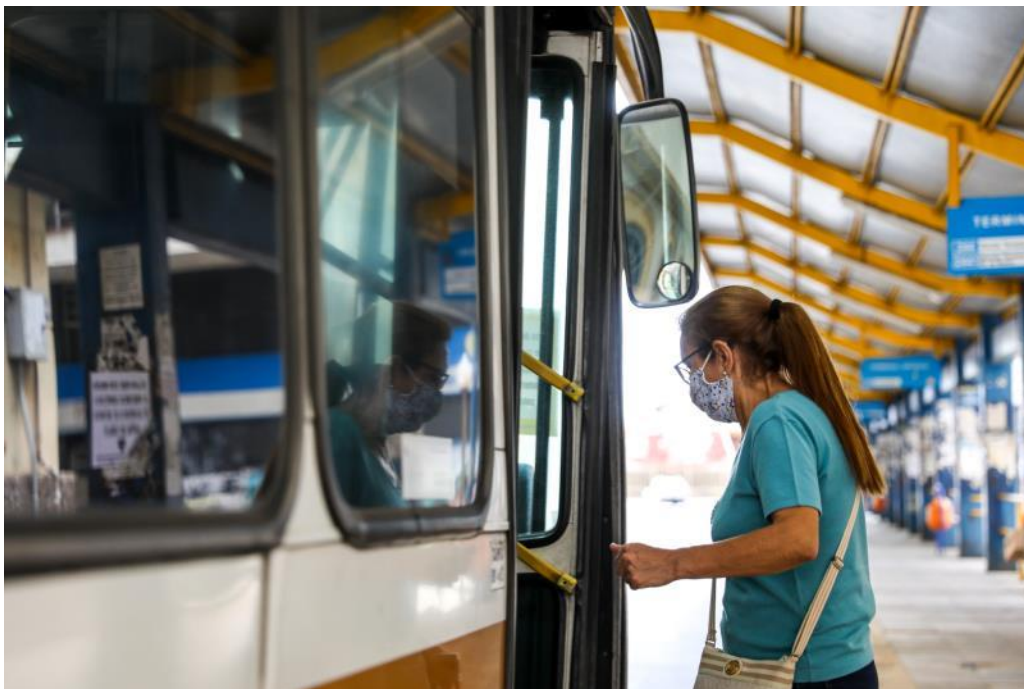


MEDIDAS DO GOVERNO PARA ENFRENTAR A CRISE HISTÓRICA DO TRANSPORTE COLETIVO



prefeitura de
PORTO ALEGRE

1 | Demandas de curto prazo da população



- Estudo de passageiro por demanda noturna, para oferecer alternativa de transporte aos trabalhadores.
- Iluminação das paradas de ônibus.
- Cumprimento dos horários definidos pela operação.



2 | Reforma administrativa da EPTC



- Nos próximos 30 dias, um grupo de trabalho apresentará modelo de reestruturação para dar mais efetividade às atribuições para as quais a empresa foi criada.
- De 2004 até 2020, a estrutura da EPTC custou mais de R\$ 1 bilhão aos cofres da prefeitura, como aporte de capital.



3 | Análise pelo Tribunal de Contas



- Pedido de abertura de processo de contas especial ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), sobre cumprimento dos contratos e perícia sobre os insumos que compõem o valor da passagem.



4 | Projetos de lei para reduzir custos do transporte coletivo



JÁ ENVIADO AO LEGISLATIVO

Passe livre:

- Redução para 2 situações anuais: feriado de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira da Capital, e datas de campanha de vacinação de grande mobilização.
- Projeto enviado em 10/06.



4 | Projetos de lei para reduzir custos do transporte coletivo



JÁ ENVIADO AO LEGISLATIVO

Desestatização da Carris:

- Antes da pandemia, a companhia já possuía custos superiores aos suportados pela tarifa.
- A operação da Carris custa, no mínimo, 21% a mais do que as operadoras privadas, obrigando a passagem a ser mais cara.
- Até o fim do ano, os repasses da prefeitura para a companhia somarão mais de meio bilhão de reais nos últimos 12 anos.
- Porto Alegre é a única capital brasileira com uma empresa pública de transporte coletivo.
- Projeto enviado em 15/06.

4 | Projetos de lei para reduzir custos do transporte coletivo

NOVA PROPOSTA

Revisão das isenções:

- Das 14 isenções existentes, permanecerão 5.
- Justiça na concessão: benefício para quem mais precisa.
- Limite de renda familiar *per capita* de 1,5 salário mínimo (exceto idoso e Brigada Militar).
- Prefeitura irá subsidiar passagem para estudantes dos ensinos Médio e Fundamental, respeitando limite orçamentário.



4 | Projetos de lei para reduzir custos do transporte coletivo

Isenções

- Idoso acima de 65 anos
- Soldado da BM quando em serviço
- Assistido da FASC, FASE ou FPE e acompanhante
- Pessoa de baixa renda com deficiência e acompanhante
- Estudantes*



Isenções | Estudantes

Estudante de baixa renda do Ensino Fundamental

- 100% de isenção na 1ª e na 2ª passagens
- 100% de isenção para inscrito no programa Vou à Escola

Estudante de baixa renda do Ensino Médio

- 1ª passagem (75% de isenção)
- 2ª passagem (100% de isenção)
- 100% de isenção para inscrito no programa Vou à Escola

Estudante de baixa renda do Ensino Superior

- 50% de isenção na 1ª e na 2ª passagens



Isenções

Como é (14)

- Idosos 65+
- Idosos 60-64
- Estudantes
- Professores
- Enfermidades e acompanhantes
- Pessoas com HIV e acompanhantes
- Crianças e adolescentes (assistência social) e acompanhantes
- Oficiais de Justiça
- Carteiros
- Agentes de fiscalização
- Guardas Municipais
- Brigada Militar
- Corpo de Bombeiros
- Ex-combatentes

Como fica (5)

- Idosos 65+
- Estudantes
- Enfermidades e acompanhantes
- Crianças e adolescentes (assistência social) e acompanhantes
- Brigada Militar

Impacto total dos PLs das isenções e passe livre (EPTC): R\$ 0,21

4 | Projetos de lei para reduzir custos do transporte coletivo

NOVA PROPOSTA

Programa de extinção gradativa da função de cobrador:

- O programa começa pela permissão de viagens sem cobrador, diariamente, entre 22h e 4h da manhã.
- Para oportunizar a inserção dos profissionais em outros mercados, o projeto define a oferta de cursos de qualificação para todos os cobradores e avaliação, pelas empresas, do aproveitamento em outras funções, inclusive como motorista, mecânico.



Programa de extinção gradativa da função de cobrador:

- Mudança gradativa ao longo de 4 anos (até 1º de janeiro de 2026), com a não reposição de vaga para cobrador pelas empresas nos casos de rescisão do contrato por iniciativa do trabalhador, despedida por justa causa, aposentadoria, falecimento e interrupção ou suspensão do contrato de trabalho.
- Hoje, há cerca de 2.600 cobradores atuando no sistema.
- Conforme dados da EPTC, cerca de 1.000 profissionais deverão sair de forma espontânea (ex: aposentadoria) em 4 anos.

Impacto na tarifa, conforme EPTC: R\$ 0,72 (em 4 anos, 31/12/2025).



4 | Projetos de lei para reduzir custos do transporte coletivo

NOVA PROPOSTA

Reformulação do Conselho Municipal de Transportes Urbanos (COMTU):

- Proposta de nova composição do conselho será apresentada nos próximos 30 dias.



5 | Repactuação dos contratos com as concessionárias

A prefeitura está aberta a repactuar todos os itens dos contratos com dois objetivos: **melhoria do sistema, atraindo mais clientes, e diminuição do valor da passagem.** Será apresentada proposta formal aos operadores, que incluirá alguns critérios já amadurecidos, entre outros:

- A) Licitação do sistema de bilhetagem eletrônica.
- B) Integração com o sistema da Região Metropolitana.
- C) Redimensionamento da operação.
- D) Utilização de ônibus com tamanhos diferentes.
- E) Utilização do ar condicionado.
- F) Vida útil dos veículos.
- G) Modernização do sistema de linhas.
- H) Integração com o sistema de lotação.
- I) Tarifas diferenciadas conforme horários e distâncias.
- J) Avaliação de receitas extratarifárias.
- K) Inclusão dos valores das receitas da exploração publicitária na modicidade da tarifa.
- L) Definição da forma de remuneração das concessionárias através de outras formas de custeio.
- M) Criação de um fundo reserva para cobrir riscos.
- N) Definição da matriz de riscos com as responsabilidades das partes.
- O) Revisão das passagens dos trabalhadores do transporte.



Consultoria técnica

Será contratada consultoria técnica para a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana:

- Repactuação dos contratos.
- Estruturação de nova modelagem para o sistema de mobilidade humana de Porto Alegre.



6 | Mobilização pela retirada de tributos federais e estadual

Impacto dos tributos sobre produtos que compõem o custo operacional da tarifa, como combustível, pneu, recapagem, carroceria, entre outros.

- Impostos federais (PIS/Cofins/IPI): **R\$ 0,42**
- Estadual (ICMS): **R\$ 0,30**
- Municipais já foram retirados (Taxa da EPTC e ISS)



7 | Revisão tarifária de 2021

- Aporte de R\$ 16,6 milhões, para cobrir o déficit de um período de 90 dias desde fevereiro.
- Aporte de R\$ 35 milhões para a Carris e mais R\$ 6 milhões no início de julho.
- Tendo como base o último valor da tarifa, definido em 9 de novembro de 2020, foi aplicada a correção do IPCA de novembro de 2020 a maio de 2021.
- Tarifa a partir de julho: R\$ 4,80 (ajuste de 5,54%).





prefeitura de
PORTO ALEGRE

Mobilidade Humana

